



Vol 7, Núm 1, jan-jun, 2026, pág664-683.

## **O Comércio Agrícola e Desenvolvimento Rural Sustentável: O Caso do Distrito de Murrupula (2020 – 2023)**

### **The agricultural trade and sustainable rural development: Case study of Murrupula district from (2020-2023)**

Agostinho Bonfílio da Conceição Mendes <sup>1</sup>  
Asénio Cuco<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

A pesquisa tem como objectivo analisar as implicações do comércio agrícola no desenvolvimento sustentável no distrito de Murrupula. A problemática da nossa pesquisa circunscreve-se no facto de dados do PNUD (2021) indicam que 70% da população moçambicana enfrenta a pobreza material e de acordo com os dados do INE (2017),  $\frac{3}{4}$  da população rural dedica-se à agricultura de subsistência em locais onde não existem outras actividades alternativas de geração de rendimentos se não a comercialização dos produtos agrícolas. Portanto, nos propusemos a responder a questão: de que forma as dinâmicas de comercialização dos produtos agrícolas impactam no desenvolvimento sustentável das zonas rurais? Numa abordagem qualitativa e por meio de observação participante e entrevistas não estruturadas constatamos que a agricultura praticada é essencialmente familiar e de subsistência. Os produtores comercializam os seus produtos aos intermediários dos armazenistas – com os quais mantêm uma relação de dependência e tensão – e nos mercados e paragens de autocarros – onde desenvolvem-se relações de solidariedade que não evolui para criação de associações. Concluímos que a fixação de preços mínimos, o inexistente associativismo e a falta de iniciativas de financiamento e fomento de produção impactam negativamente na sustentabilidade das práticas de produção e comercialização agrícola no distrito.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, comércio agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade.

#### **ABSTRACT**

The objective of this research is to analyze the implications of agricultural trade in the sustainable development of Murrupula District. The problem of our research is limited to the fact that the data offered by PNUD in (2021) indicates that 70% of Mozambican population face material poverty and according to INE data (2017)  $\frac{3}{4}$  of rural population are devoted to subsistence agriculture in the locals that there are no other alternative activities to generate the incomes besides the selling of agricultural products. Therefore we proposed to answer the following question: in which way the dynamics of selling agricultural products have impact in the sustainable development of rural zones? In an qualitative approach and by mean of participants observation as well as non-structured interview we noticed that the agriculture practiced is mainly family and subsistence one. The producers sell their farming products to the warehousemen intermediaries as matter of fact the producers keep tension and dependence relation `` in the market and buses-stop`` where they develop the relationship of solidarity which does not improve in order to have market associations. We concluded that the minimum price fixing, the lack of financing initiative

<sup>1</sup> Licenciado em Filosofia, pela Universidade São Tomás de Moçambique, em 2014. Licenciado em Administração Pública, pela Universidade Eduardo Mondlane, em 2017. Actualmente mestrando em Sociologia do Desenvolvimento na Universidade Rovuma - Nampula. Docente afecto à Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Rovuma,. Email: bonfiliomen@gmail.com. Moçambique. ORCID iD: 0009-0009-2561-6956

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande, do Sul (UFRGS), linha de pesquisa: Política Internacional. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), linha de pesquisa: crime, violência e segurança pública (2013). Docente da Universidade Rovuma - Moçambique. Email: [acuco@unirovuma.ac.mz](mailto:acuco@unirovuma.ac.mz) . ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0497-4449>



and also production promotion have negative impact in the sustainability production practice and agricultural trade of the district.

**Keywords:** Family farming, agricultural business, rural development and sustainability.

## Introdução

O desenvolvimento económico das sociedades tem constituído uma das preocupações fundamentais em todos os quadrantes do mundo e, embora as estratégias usadas para chegar a esse desiderato sejam variadas de sociedade para sociedade, existe uma preocupação global em relação ao usufruto de forma permanente dos recursos produzidos e explorados, assim como a sua permanência para as futuras gerações, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

De acordo com os dados do Censo Geral da População realizado pelo INE (2017), cerca de 66.6% da população moçambicana vive nas zonas rurais e pouco mais de  $\frac{3}{4}$  desta população rural dedica-se à agricultura que é a sua principal base de sobrevivência. Ora, os dados estatísticos do Índice de Pobreza do PNUD (2021) mostram que mais de 70% da população enfrenta pobreza material, cerca de 22 milhões de pessoas e desta, 63% vive abaixo da linha da pobreza e, considerando que a maior parte da população moçambicana encontra-se nas zonas rurais, de acordo com o INE (2017), podemos concluir que a pobreza é um fenómeno que assola maioritariamente as populações das zonas rurais, sem desconsiderar a pobreza urbana.

Esta problemática acentua-se por não se vislumbrarem alternativas conducentes à geração de renda para as comunidades das zonas rurais, facto que contribui para que um número significativo de pessoas recorra ao comércio de produtos agrícolas para a sua subsistência. Assim, desenvolvemos esta pesquisa com o objectivo de analisar as implicações do comércio agrícola no desenvolvimento sustentável no distrito de Murrupula (2020 – 2023). Especificamente, pretendemos descrever a sustentabilidade da produção e comercialização de produtos agrícolas no Distrito de Murrupula; identificar as relações sociais implícitas na prática do comércio agrícola e suas influências no desenvolvimento sustentável do Distrito de Murrupula; e correlacionar o comércio agrícola e o desenvolvimento sustentável do Distrito de Murrupula.

A escolha do tema para pesquisa está relacionada com a relevância que as abordagens do desenvolvimento sustentável têm assumido na actualidade, principalmente nos países com



abundância de recursos naturais, como Moçambique, em que a grande dependência pelos recursos naturais faz com que não se diversifique a produção económica, o que pode condicionar o desenvolvimento das comunidades rurais por falta de alternativas para o seu sustento.

### **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**

De acordo com Pasqualotto, et al. (2019), existem vários autores que discorrem e demonstram teoricamente a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade, razão pela qual torna-se pertinente compreender o significado do termo e o contexto teórico em que se desenvolve.

Na actualidade, fala-se da agricultura familiar (ou campesinato, ou ainda agricultura de subsistência) em oposição à agricultura mecanizada (ou agronegócio, ou mesmo agricultura industrial/comercial) quando se quer diferenciar os dois tipos de agricultura, mas nem sempre o critério utilizado para esta diferenciação é o mesmo.

Às vezes, utiliza-se o critério da escala de produção, ou seja, uma agricultura em pequenas áreas, frente a uma agricultura de grandes extensões que normalmente são chamadas de latifúndios ou empresas capitalistas. Outras vezes, utiliza-se o critério tecnológico, contrapondo uma agricultura com baixo nível de utilização de insumos industriais, frente a uma agricultura com grande porte tecnológico e de capital. Outras vezes, ainda, aparecem argumentos que buscam distinguir a agricultura familiar de uma outra agricultura, com mais lucratividade e maior capacidade de responder às expectativas do mercado (FROEHLICH, et al., 2005, p. 7).

Chayanov (1974), citado por Pasqualotto, et al. (2019, p. 34) entende que, diferentemente da empresa capitalista, que tem por base a extracção do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família. Nesse sentido, a decisão sobre o aumento da quantidade de trabalho necessário para a expansão de determinada actividade, por exemplo, tem em conta o bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade.

Para a FAO/INCRA (1996), a agricultura familiar deve atender a duas condições: a) a direcção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado, ou seja, a agricultura familiar é uma forma de produção através da



interacção entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores que dirigem o processo produtivo, trabalhando com a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

O conceito desenvolvimento é amplo e polissémico. Pode se entender o desenvolvimento como expansão de oportunidades e aumento das capacidades humanas necessárias para a exploração destas oportunidades.

Em Maússe (2009, p. 66-67), o desenvolvimento é definido como sendo um processo de mudança social na medida em que se observam no seu decorrer, transformações inéditas e irreversíveis em todos os demais elementos do contexto social e instaura-se numa região.

Calcagno (1990) vê o desenvolvimento como sendo:

Processos de crescimento e de troca relacionados sistematicamente entre si e que expressam uma aspiração por uma sociedade melhor. São incorporados a este conceito, elementos de poder político, económico, social, tecnológico, sectorial e regional, que configuram o tipo de sociedade a qual se quer chegar (p. 45).

Na actualidade, entende-se que os factores determinantes do desenvolvimento têm carácter multidimensional, onde cada dimensão tem uma certa autonomia, porém, com efeito de elevar outras dimensões. Assim, tem-se o desenvolvimento: económico, social, cultural, ambiental, físico territorial, político institucional, científico-tecnológico e entre outros.

Em relação ao desenvolvimento rural, Veiga (2002) considera-o como sendo a urbanização do meio rural, isto é, um processo que visa prolongar até a zona rural, os benefícios urbanos tais como: electricidade, transporte, água ou favorecer um maior acesso da população rural à bens e serviços sociais de educação, saúde, atendimento bancário em geral, concentrados numa sede municipal (p. 32).

Ainda pode se definir o desenvolvimento rural como expressão que faz referência à acções e iniciativas levadas a cabo para melhorar a qualidade de vida das comunidades não urbanas, sendo este um processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

Portanto, pode se propor um modelo de desenvolvimento rural ao que atribui características de integral, endógeno e sustentável, visto que não se pode conceber o desenvolvimento rural se este não estiver baseado no fomento das actividades locais (sendo a agricultura a principal



dessas actividades) e sua articulação com o sistema sociocultural local, como suporte para a manutenção dos recursos naturais.

Com efeito, segundo Laurett (2020), desde o começo da história até a actualidade a agricultura sempre foi considerada uma actividade fundamental para a sobrevivência da humanidade, seja como produtora de alimentos, ou geradora de empregos e renda que contribui para a criação de condições de vida das pessoas.

No entanto, nos nossos dias à agricultura também é atribuída diversos problemas que inquietam o próprio homem, como é o caso do esgotamento dos recursos naturais não renováveis; a degradação do solo; os efeitos adversos dos produtos químicos agrícolas para saúde humana e ambiental; perda da qualidade dos alimentos; a desigualdade; a diminuição do número de propriedades rurais; e o aumento do tamanho das fazendas (HANSEN, 1996, apud LAURETT (2020, p. 26)

Todas estas questões, e outras, fizeram surgir desde os anos de 1950, discussões pela sustentabilidade no sector agrícola, discussões estas que fizeram aparecer uma vasta bibliografia versando sobre a agricultura sustentável ou desenvolvimento sustentável na agricultura.

Desta forma, devido ao lugar imprescindível que a agricultura ocupa na sobrevivência da humanidade, a sua sustentabilidade é um factor importante para os objectivos do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Laurett (2020), a ideia de uma agricultura mais sustentável ganhou destaque desde a publicação do Relatório Brundtland em 1987. No entanto, assim como a definição de desenvolvimento sustentável ainda é considerada ambígua, de difícil interpretação, e cujo consenso ainda não foi alcançado, o significado de sustentabilidade na agricultura também é considerado um conceito vago e ambíguo (p. 26).

Na tentativa de definir a agricultura sustentável, Canuto (2004 p. 38) entende que este tipo de agricultura é aquele que busca distanciar-se de um modelo que produza impactos ambientais e sociais negativos, opondo-se à degradação do solo pela erosão, à desertificação, ao desmatamento das florestas, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade, à insegurança alimentar; à concentração e distribuição desigual de renda, à crise de empregos, à pobreza e à exclusão social.



Significa que uma agricultura sustentável deve ser compreendida como um processo contínuo que busca encontrar um equilíbrio entre o pilar económico, social e ambiental. Sendo que a viabilidade económica da agricultura pode ser mensurada por meio de quatro elementos, a saber: rentabilidade, liquidez, estabilidade e produtividade, ou seja, a capacidade de a propriedade rural gerar lucratividade para manter as actividades agrícolas (LAURETT, 2020, p. 27).

Da mesma forma, o pilar social foca no bem-estar dos agricultores e de suas respectivas famílias e na geração de emprego e renda, a fim de evitar o êxodo rural. Finalmente, o pilar ambiental ou ecológico refere-se à gestão e preservação dos recursos naturais na agricultura, dado que os recursos naturais são finitos, isto é, a dimensão ambiental também deve garantir que as gerações futuras possam usufruir da actividade económica gerada pela agricultura, por isso, a preservação dos recursos naturais é de fundamental importância (Ibidem).

A Agenda 21, no que tange ao ponto sobre a “promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, defende que:

O principal objectivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar. Isso envolverá iniciativas na área da educação, o uso de incentivos económicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, dessa forma assegurando uma oferta estável de alimentos nutricionalmente adequados, o acesso a essas ofertas por parte dos grupos vulneráveis, paralelamente à produção para os mercados; geração de emprego e renda para reduzir a pobreza; e o manejo adequado dos recursos naturais juntamente com a protecção do meio ambiente (AGENDA 21, cap. XIV).

Na mesma senda, Bastan et al. (2018) argumentam que com base nas recomendações da FAO, a sustentabilidade agrícola deve ter como fundamento a segurança alimentar e o fornecimento de condições necessárias para que as pessoas possam usufruir de uma vida com qualidade (reduzir a privação). Sendo ainda atendidos e respeitados os princípios sociais, culturais, económicos e ambientais.

Complementarmente, Allen et al. (1991, p. 37) defendem que a agricultura sustentável busca o equilíbrio entre interesses ambientais, viabilidade económica e justiça social entre diversos sectores da sociedade.





Em suma, a sustentabilidade na agricultura deve fazer com que a produção agrícola seja rentável, ambientalmente correcta e contribua para melhoria da qualidade de vida dos agricultores e da sociedade que depende dos alimentos produzidos pela agricultura e existe uma complementaridade entre as diversas dimensões (económica, cultural, ambiental e social) apesar de aparentemente terem objectivos distintos.

Ora, quando se fala em desenvolvimento agrícola sustentável, a grande questão que se coloca é: como estimulá-la? Neste âmbito, coloca-se a agricultura familiar como um elemento estratégico para buscar a sustentabilidade da agricultura.

Quando se olha para a sustentabilidade da agricultura familiar outro conceito importante entra em destaque: desenvolvimento rural sustentável que é uma ideia em sua construção e agrega diversos movimentos sociais relacionados à luta sindical, luta pela terra ou com motivações ambientais. Ainda engloba a agricultura orgânica, movimentos em prol da Agro-ecologia como base de sustentação de uma transformação no fazer agrícola e, até, segmentos presos a uma óptica preservacionista (FROEHLICH, et al., 2005, p. 53).

### **Comércio agrícola**

Genericamente considera-se que a comercialização envolve uma série de actividades ou funções através das quais bens e serviços são transferidos dos produtores e prestadores de serviços aos consumidores. Portanto, a comercialização diz respeito “ao conjunto de actividades realizadas por instituições que se acham empenhadas na transferência de bens e serviços desde o ponto de produção inicial até que eles atinjam o consumidor final...” (PIZA; WELSH, 1968, p. 1).

Mendes et al. (2007) apresentam duas perspectivas de conceptualização da comercialização agrícola. Na primeira perspectiva, a comercialização agrícola é vista como um simples acto do agricultor transferir o seu produto para outros agentes que compõem a cadeia produtiva em que ele está inserido. Esta é uma visão tradicional da comercialização agrícola, definida pela transferência de propriedade do produto num único acto após o processo produtivo, ainda dentro ou logo depois dos limites da unidade de produção agrícola. Na segunda perspectiva, a comercialização agrícola pode (e deve) ser entendida de forma bem mais abrangente, como um “processo contínuo e organizado de encaminhamento da produção agrícola ao longo de um



canal de comercialização, no qual o produto sofre transformação, diferenciação e agregação de valor” (MENDES et al., 2007, p. 8).

Como qualquer tipo de comercialização, a comercialização agrícola é um processo social que compreende relações entre agentes económicos mediante instituições apropriadas, sendo que uma das mais relevantes instituições nesse sistema é o mercado, o qual é compreendido como o “local” em que as forças da oferta e demanda operam, por meio de vendedores e compradores (BARROS, 1987, p. 306).

Portanto, à comercialização agrícola é associada a coordenação existente entre a produção e o consumo dos produtos agro-pecuários, incluindo a transferência de direitos de propriedade, a manipulação de produtos e os arranjos institucionais que contribuem para a satisfação dos consumidores, donde se depreende que este é um conceito amplo, em que se atribui a função de transferir os produtos ao consumidor final, considerando a influência de todas as actividades nesse processo (produção agrícola, industrialização, transporte dos produtos, relações com o consumidor, etc.).

Importa ainda destacar que no processo de comercialização, os mercados não são apenas espaços de trocas entre demanda e oferta, limitados às leis económicas de formação da riqueza, sua alocação e distribuição nas sociedades. Os mercados podem ser vistos como espaços de interação social, estruturados por meio de atributos e vínculos que não são apenas materiais tangíveis, mas também reforçados por interações sociais, culturais e cognitivas (SCHNEIDER et al., 2013, *apud* PARISOTO, et al., 2019, p. 5).

### **Mercados rurais africanos e preços agrícolas**

De acordo com Cardoso (1993, p. 41), a característica central dos mercados rurais africanos é o seu elevado grau de imperfeição, o qual determina os comportamentos económicos dos agentes operando nesses mercados nem sempre correspondam aos postulados da teoria económica.

Esta ideia é corroborada por Mosca (2008, p.123) ao defender que os mercados rurais em África possuem distorções que nem sempre permitem a verificação do que referem os manuais de economia pressupondo a não existência de intervenções exógenas e uma estrutura de concorrência.





Em termos teóricos, o que manuais de economia ensinam é que o grau de imperfeição de um mercado é visto em função do seu desvio em relação a uma situação hipotética caracterizada por uma concorrência perfeita, na qual a neutralidade do mecanismo dos preços e seu papel de árbitro das decisões económicas são enfatizados (CARDOSO, 1993, p. 42).

Neste sentido, os mercados são considerados perfeitos desde que existam bastantes compradores e vendedores e estes tenham: 1) liberdade e igualdade de acesso e saída dos mercados; 2) incapacidade de influenciar individualmente os preços e informação disponível sobre os preços e condições de funcionamento dos mercados (CARDOSO, 1993, p. 42).

Nestas condições, e dada a dificuldade de identificar casos reais onde estas condições existam na sua globalidade, não é o facto de os mercados rurais africanos serem imperfeitos que os distingue, mas sim o grau dessa imperfeição e a frequência de casos em que ela se fica a dever mais à ausência de condições para o normal funcionamento dos mercados.

Mosca (2008) refere que dentre estas imperfeições e distorções dos mercados rurais africanos destacam-se duas, a saber:

Primeiro, existem vários e não apenas um mercado. As difíceis comunicações e os escassos meios de transporte, os diferentes tipos de produtores e de consumidores com lógicas e racionalidades diferentes, geram mercados específicos bastante delimitados espacial e socialmente. Por exemplo, os produtores de bens de exportação estão integrados em fileiras com poucas relações com outros sectores económicos, como é o caso da compra ao pequeno produtor de algodão que é feita pela rede comercial, por grandes plantações da perspectiva monocultura (MOSCA, 2008, p. 123-124).

Segundo, persistem mercados monopolistas e oligopolistas, sobretudo de produtos exportáveis e dos principais bens alimentares consumidos nos centros urbanos. Os monopólios são de diferentes tipos: desde empresas que exportam os produtos sendo também grandes produtores (caso do açúcar, chá, algodão) até fábricas que transformam produtos frescos (tomate, leite, etc.). Paralelamente a estas situações típicas de monopólio, há estruturas de facto monopolistas que, por acordo de um pequeno número de agentes económicos, colocam os produtores agrícolas, sobretudo os de pequena e média dimensão, em situação negocial desvantajosa, ou seja, os comerciantes rurais de determinadas zonas combinam entre si os preços a praticar ao produtor (MOSCA, 2008, p. 125-126).



Aliado a estas características verifica-se que os mercados de capitais são fragmentários ou não existentes, com relações creditícias a serem muitas vezes determinadas a nível local em condições não mercantis; a informação sobre preços e condições gerais dos mercados é, regra geral, fragmentada, incompleta, não fiável ou não existente; são raras as situações em que existe um mercado livre de compra e venda e a rede de transportes e comunicações e, consequentemente, os diversos mercados, sofrem de um elevado grau de desintegração e fragmentação (CARDOSO, 1993, p. 42).

Os preços agrícolas, por sua vez, são quase sempre controlados de alguma forma pelos poderes públicos. Para o efeito, são utilizados diferentes instrumentos: subsídios diversos aos produtores e ao consumo, impostos, barreiras alfandegárias, bancos alimentares, estabelecimento de preços oficiais, quotas de produção, gestão de *stocks* alimentares para estabilização dos mercados, entre outros (MOSCA, 2008, p. 137).

Portanto, estes constituem os elementos essenciais da literatura que constituíram os fundamentos para embasamento teórico que nos orientou a leitura, interpretação e discussão dos dados recolhidos no terreno durante o trabalho de campo. Entretanto, a análise dessas informações foi mediante o uso de ferramentas metodológicas adequadas ao estudo. Essas ferramentas são apresentadas no capítulo seguinte.

### **Fundamentação metodológica**

Para o presente estudo, a metodologia apresenta a seguinte forma:

Em relação a abordagem do problema, a pesquisa tem um enfoque qualitativo. Optamos pela pesquisa qualitativa pelo facto de a nossa análise centrar-se na compreensão e interpretação das implicações do comércio agrícola no desenvolvimento sustentável do distrito de Murrupula, o significado que os participantes da nossa pesquisa dão à comercialização agrícola, o que quer dizer que, de forma hermenêutica, interpretamos as suas opiniões e encontramos esses significados.

Em relação aos objectivos, a pesquisa é explicativa. Optamos por este tipo de pesquisa na medida em que corresponde ao nosso objectivo de analisar as dinâmicas da comercialização agrícola nas zonas rurais, explicando os porquês da sua ocorrência e sua correlação com a



melhoria das condições de vida das populações, por meio do registo, da análise e da interpretação destes factos.

A pesquisa teve lugar no distrito de Murrupula por ser um dos distritos da província de Nampula, norte de Moçambique, em que a agricultura é a principal actividade económica e fonte de rendimento de maior parte dos seus habitantes. Da mesma forma, o comércio de produtos agrícolas é bastante notável e frequente. Com diversificada produção agrícola, os produtos incluem hortícolas, grãos e tubérculos. Possui uma localização privilegiada, atravessado pela EN1, onde é notória a prática de comercialização informal dos produtos agrícolas (como é o caso da localidade de Cazuzo), a actividade comercial agrícola também ocorre de forma intensa em zonas do interior do distrito (como é o exemplo do posto administrativo de Chinga).

a) Mapa do distrito de Murrupula



Fonte: INE (2024)

No distrito de Murrupula, a pesquisa teve lugar em 2 (dois) postos administrativos, a saber: Posto administrativo de Murrupula-sede (concretamente na localidade de Cazuzo) e no posto administrativo de Chinga. Escolhemos os dois postos administrativos devido ao factor comum que possuem que é a intensidade em que ocorre a comercialização de produtos agrícolas, tendo um factor distintivo do posto administrativo de Murrupula-sede localizar-se no corredor, em plena EN1, e o posto administrativo de Chinga localizar-se no interior, cerca de 30 Km da EN1. Este contraste ajudou a captar as metamorfoses e dinâmicas da comercialização agrícola no distrito.

O trabalho de campo consistiu essencialmente na observação participante da ocorrência da comercialização dos produtos agrícolas e na aplicação das entrevistas aos agricultores vendedores de produtos agrícolas da localidade de Cazuzo – Posto administrativo de



Murupula-sede e do Posto administrativo de Chinga, assim como aos líderes comunitários e representante do sector das actividades económicas no distrito. As entrevistas foram realizadas durante dois meses (Fevereiro e Março de 2025) e a observação já vem ocorrendo desde o início do ano 2023 com a realização da pesquisa exploratória na fase da concepção do projecto de pesquisa.

Para a presente pesquisa, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, utilizamos a técnica de análise de conteúdo. Para o efeito, primeiramente, fizemos uma leitura geral e exploratória dos dados recolhidos de formas a familiarizar-nos com os mesmos; seguidamente, procedemos com a descrição dos dados, onde procuramos identificar suas tendências em função dos seus conteúdos e das perguntas feitas aos nossos entrevistados; em terceiro, sintetizamos os dados em ideias gerais sobre os casos onde fomos complementando com algumas partes das entrevistas de formas a ilustrar.

Assim, fizemos a análise de conteúdo das informações constantes nas entrevistas de formas a penetrar nos significados que os diferentes actores sociais (camponeses, autoridades distritais e líderes comunitários) compartilham na vivência da comercialização dos produtos agrícolas no distrito e suas percepções sobre o contributo desta prática na melhoria das condições de vida das populações.

### **Implicações do comércio agrícola no desenvolvimento sustentável do distrito de Murupula**

Constatamos que o tipo de agricultura que se pratica no distrito em estudo é essencialmente de subsistência, pois, do ponto de vista da escala de produção, ela é praticada em pequenas áreas, em relação ao critério tecnológico, trata-se de uma agricultura com um inexistente ou baixo nível de utilização de insumos industriais e do ponto de vista de lucratividade, também é muito baixa, conforme demonstram as passagens seguintes:

Não sei ao certo as medidas das minhas machambas, mas são grandes. Capino com a enxada e dependo das chuvas para semear. Todo o trabalho faço com as mãos, não uso nenhum outro produto. Agora, as quantidades da minha produção variam de acordo com cada época agrícola: por vezes 5 sacos de amendoim, outras vezes apenas 3 sacos. Em relação aos feijões, por vezes não enche 1 saco. (Entrevistado 1)

Nós só capinamos na machamba, nunca nos preocupamos em medir. Mas todos lá em casa capinamos: eu, a senhora e as crianças, porque se não formos nós, ninguém mais virá fazer por nós. É isso que tenho dito aos meus filhos (Entrevistado 15)



Estudos realizados por Mosca (2014) mostram que grande parte da agricultura praticada em Moçambique é de facto familiar e de sobrevivência, de enxada de cabo curto, pois não exige técnicas avançadas, instrumentos arrojados, nem investimentos avultados, visa satisfazer as necessidades básicas das famílias praticantes. Por essa razão, a geração de riqueza é limitada pela escala e tipo de actividades.

A comercialização dos produtos é feita formal e informalmente, conforme refere o representante do sector das actividades económicas no distrito:

A comercialização dos produtos dos produtores é feita em duas modalidades: Formal – a partir dos intervenientes ETG e Bangladeses que adquirem os produtos nos armazéns e Informal – nos mercados e paragens de autocarros.

Formalmente, os intervenientes no processo de fomento de produção e comercialização dos produtos agrícolas no distrito, sobretudo a empresa Grupo ETG, compram produtos com os agricultores, como o feijão bóer e amendoim, para fins de exportação. A compra é feita tanto directamente nos seus armazéns – localizados no centro da vila distrital – como através de intermediários que são pessoas que passam nas aldeias e comunidades comprando os produtos para depois revenderem nos armazéns. Essencialmente são estes compradores ambulantes que têm contacto directo com os agricultores entrevistados, conforme os relatos seguintes:

Vendo os produtos da machamba aqui mesmo na aldeia, têm passado pessoas que compram, basta chegar o tempo aparecem para comprar (Entrevistado 16).  
Normalmente, tenho vendido os produtos aos compradores ambulantes que aparecem por aqui quando chega a época das colheitas (Entrevistado 19).

A marcação dos preços também ocorre de duas formas; enquanto na venda informal; nos mercados e paragens de autocarros os próprios agricultores vendedores negociam os preços directamente com os compradores, no mecanismo de venda formal através dos intervenientes os preços são definidos pelas autoridades a partir do Index: o instituto de amêndoas, de cereais em conversação com os potenciais compradores do grupo dos intervenientes.

Os vendedores têm a percepção de que lhes são impostos os preços dos seus produtos e consideram este processo injusto, conforme alguns dos seus dizeres:



Em relação aos preços ouço sempre com os compradores. Por vezes os preços são justos e outras vezes não. Os preços do amendoim têm sido justos porque, pelo menos chegam aos 50mts o kg, mas os preços dos feijões são muito injustos, variam de 10 a 15 Mts por kg. (Entrevistado 5)

Os preços tenho ouvido com os compradores. Não é justo, porque dói muito quando os preços são baixos, por exemplo 25 Mts o kg de um produto é muito baixo (Entrevistado 6).

Isto mostra o funcionamento imperfeito dos mercados agrícolas em África, em geral, e em Moçambique em particular, conforme refere Mosca (2008). Primeiro, existem vários e não apenas um mercado. As difíceis comunicações e os escassos meios de transporte, os diferentes tipos de produtores e de consumidores com lógicas e racionalidades diferentes, geram mercados específicos bastante delimitados espacial e socialmente (MOSCA, 2008, p. 123-124).

Partimos da perspectiva de que o processo de produção e comercialização de produtos agrícolas pressupõe uma interacção entre pelo menos o produtor/ vendedor (e sua rede familiar) e o comprador/ consumidor. Entretanto, as relações sociais no processo de produção e comercialização de produtos agrícolas no distrito de Murrupula mostram-se bastante complexas, envolvendo uma diversidade de actores.

Nos depoimentos a seguir mostram-se os principais intervenientes com os quais os produtores/ vendedores de produtos agrícolas se relacionam no desenvolvimento das suas actividades:

Tenho entrado em contacto com várias pessoas nesta actividade. Quando se trata de produção é apenas com a minha esposa, meus filhos e sobrinhos com quem vivo. Na comercialização falo directamente com os compradores que passam aqui na zona. Mas há vezes que levo os produtos na estação e comunico com várias pessoas: outros vendedores que encontro lá, os clientes que passam para comprar e outras pessoas aqui da zona que têm vindo passar tempo lá mesmo (Entrevistado 11).

Eu interajo principalmente com os compradores que aparecem aqui na zona nos períodos de campanha, já que na produção apenas somos nós aqui de casa (Entrevistado 15).

No concernente ao processo de comercialização agrícola, podemos destacar que as redes de interacção são bastante limitadas essencialmente quando os produtores/ vendedores vendem os seus produtos aos compradores ambulantes que passam pelas aldeias nos períodos das campanhas agrícolas, sendo que a relação que se mantém é apenas entre estes dois actores.

Trata-se de uma relação de necessidade, mas também tensa, sobre tudo no quesito preço. Os compradores ambulantes são uma espécie de intermediários entre os grandes compradores





armazenistas, também chamados de intervenientes, e os agricultores vendedores. Estes adquirem os produtos nas aldeias e revendem aos armazenistas.

Em relação à comercialização dos produtos agrícolas nos mercados e paragens de autocarros, constatamos que existe uma tendência em se destacar os clientes como os principais actores com os quais os produtores/ vendedores se relacionam, o que se pode compreender tomando em consideração o tipo de relações que estabelecem entre si.

Os outros actores com os quais os produtores/ vendedores de produtos agrícolas se relacionam no mercado são os outros vendedores, os varredores do mercado, os fiscais que cobram taxas de mercado e outro público que se dirige ao mercado para efeitos de lazer. A ligação relacional com esses diferentes actores mostra que a comercialização de produtos agrícolas no mercado não se reduz apenas à relação de troca entre os produtores/ vendedores e os respectivos clientes, pelo contrário, esse acto de troca é possível graças às redes de relações das quais participam outros actores. Todos esses actores fazem parte do mercado agrícola.

Do acima adiantado, podemos atestar a ideia de que a comercialização agrícola é um processo social que compreende relações entre agentes económicos mediante instituições apropriadas, sendo que uma das mais relevantes instituições nesse sistema é o mercado (BARROS, 1987, p. 306).

Não obstante a importância que se pode atribuir às relações entre os agricultores/ vendedores com os actores acima listados, a relação mais interessante no mercado e que nos chamou muita atenção é a que se estabelece entre os vários vendedores. Pois, embora presente a dimensão da concorrência, que é inevitável nestes contextos, sobressaem também as dimensões da solidariedade, interajuda, amizade e reciprocidade.

Em relação à concorrência, observa-se pelo facto dos vendedores oferecerem os mesmos produtos aos clientes, ou mesmo produtos relacionados. Quanto às dimensões da solidariedade, amizade e reciprocidade elas ocorrem essencialmente nas actividades circunscritas ao mercado, não havendo um desdobramento destas dimensões além daquele espaço, como poderia ser o caso de estabelecimento de associações ou grupos de *xitique*<sup>3</sup>, entre outros.

---

<sup>3</sup> Trata-se de um arranjo de poupança e de crédito informal com base na confiança mútua. Duas ou mais pessoas contribuem para um montante fixo que é emprestado por sua vez a um membro do grupo.



Todos produtores vendedores entrevistados afirmaram a não existência de qualquer associação, seja de produtores ou de comerciantes agrícolas.

Embora exista esta limitação da rede de relações entre os vendedores no quesito da reciprocidade e solidariedade, pelo facto de ser adstrita às actividades de comercialização, a cooperação entre os vendedores é de extrema importância neste âmbito na medida em que torna-se uma condição para quem quiser desenvolver as suas actividades comerciais no mesmo espaço e com capacidade de fazer frente às adversidades e impasses que vão surgindo durante o processo. Sendo assim, concordamos com autores como Latouche, (2013), Cruz e Silva (2003), segundo os quais é característica da informalidade acolher relações de reciprocidade e solidariedade.

A literatura apresenta uma multiplicidade de concepções sobre o desenvolvimento. Para o presente estudo tomamos a perspectiva de desenvolvimento rural apresentada por Rodrigues (2006) segundo a qual o desenvolvimento rural constitui uma expressão que faz referência a acções e iniciativas levadas a cabo para melhorar a qualidade de vida das comunidades não urbanas, sendo este um processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

Partindo da perspectiva de Latouchi (2013), quando afirma que no vocabulário cultural das sociedades africanas não existem termos correspondentes ao de desenvolvimento enquanto processo económico progressista, alinhamos na perspectiva de Calatrava (1995) que propõe um modelo de desenvolvimento rural ao que atribui características de integral, endógeno e sustentável, visto que não se pode conceber o desenvolvimento rural se este não estiver baseado no fomento das actividades locais (sendo a agricultura e respectiva comercialização dos produtos agrícolas as principais dessas actividades) e sua articulação com o sistema sociocultural local, como suporte para a manutenção dos recursos naturais.

Portanto, valorizando o indicador económico do desenvolvimento como progresso para a promoção do desenvolvimento e aliando à perspectiva endógena do desenvolvimento, analisamos os dados do trabalho de campo sob ponto de vista da melhoria das condições de vida dos envolvidos na pesquisa.

Podemos enquadrar estes produtores vendedores na categoria dos praticantes da actividade de produção e comercialização agrícola para sua sobrevivência, que constituem maior parte dos



agricultores rurais. Estes reconhecem o facto de que as suas actividades permitem apenas gerar renda para assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e dos seus respectivos agregados familiares, pelo que, o que conseguem produzir não os permite adquirir bens que possam auxiliar na supressão de outras necessidades, como a habitação, transporte, lazer, que os permita melhorar substancialmente as suas condições de vida. Trata-se somente de uma produção para consumo, sendo que mesmo a comercialização tem a finalidade de obtenção de outros bens de consumo imediato.

Embora para maior parte dos nossos entrevistados a produção e comercialização agrícola sirva apenas para a sua sobrevivência e dos seus dependentes, existem produtores vendedores com tendência a melhorar cada vez mais as suas condições de vida em resultado da sua actividade de produção e comercialização de produtos agrícolas, como se pode ver a seguir:

Compramos uma motorizada graças a venda do amendoim. Não é em uma época apenas, fomos acumulando durante várias campanhas agrícolas. Com o dinheiro das vendas conseguimos adquirir outros produtos e serviços também necessários e essenciais (Entrevistado 5)

Com o dinheiro das vendas, além de adquirir outros produtos essenciais para a alimentação. Também conseguimos comprar uma televisão, bicicleta, painel solar e bactérias, assim como cadeiras (Entrevistado 6).

Os depoimentos acima nos revelam que os actores, de uma forma geral, consideram que as suas condições de vida têm a tendência de melhorar de forma muito paulatina. O significado que atribuem à melhoria das condições de vida não é necessariamente o aumento de bens e serviços à sua disposição, mas sim a capacidade de sobreviver; resolver pequenos problemas relacionados com o seu quotidiano, como alimentação, saúde, vestuário e educação básica dos filhos.

Nisto podemos afirmar, concordando com Furtado (1983), que a produção e comercialização agrícola familiar contribuem essencialmente para a manutenção da sobrevivência familiar e a reprodução da própria prática, na medida em que permite aos praticantes a aquisição de bens essenciais de consumo e, excepcionalmente, a renovação dos instrumentos para a continuação e, em alguns casos, melhoramento da sua prática agrícola.

### **Considerações finais**



A análise do conteúdo dos dados por nós recolhidos no campo permitiu tirar as seguintes conclusões: tanto a comercialização formal, como a informal dos produtos agrícolas seguem a lógica de transferência do produto bruto sem sofrer qualquer transformação industrial. As áreas de produção são de pequena escala, os agricultores não estão agrupados em associações ou grupos que os permita cooperar no processo produtivo, de formas a aumentar a sua produtividade. Ainda em relação à comercialização, ela é efectuada informalmente em paragens de autocarros e mercados, assim como por meio dos intervenientes mediante a fixação de preços mínimos.

Os produtores interagem, no processo de comercialização, com os intermediários dos grandes armazéns – na venda formal – e com os clientes e outros vendedores - na venda informal. Com os intermediários há uma relação de necessidade/dependência, mas também de tensão, devido aos preços. A política de marcação de preços mínimos, embora os pressupostos sejam de dar benefícios aos produtores, verifica-se que na prática retira o seu poder negocial, o que é visto pelos agricultores como um empecilho à melhoria das suas condições de vida.

Portanto, podemos destacar três (3) aspectos que impactam negativamente na sustentabilidade das actividades de produção e comercialização de produtos agrícolas no distrito, a saber:

O primeiro é a fixação de preços mínimos – que são vistos pelos agricultores como retirando o seu poder negocial e favorecendo aos compradores, pois não são envolvidos neste processo de marcação de preços.

O segundo é o fraco associativismo – por não possibilitar uma solidariedade mais orgânica, pois, por meio de associações poderiam se estruturar melhor os processos de produção e demandar o apoio das autoridades governamentais na organização dos processos produtivos dos agricultores, o que poderia resultar no aumento da produtividade. Assim, com estas associações poderiam reivindicar a sua participação no processo de marcação de preços mínimos dos produtos agrícolas de formas que estes correspondessem mais ou menos às expectativas dos agricultores.

O terceiro, e último, é a falta de alargamento de iniciativas de financiamento e apoio em extensão agrária aos agricultores, o que faz com que não haja melhoria nas práticas agrícolas, assim como se mantenham as mesmas formas rudimentares de praticar a agricultura. Isso



redunda na manutenção das áreas de cultivo e consequente manutenção, e até mesmo redução, da produção e produtividade.

Finalmente, conseguimos perceber que, embora existam alguns agricultores que conseguem adquirir alguns bens: como bicicletas, rádios, motorizadas, etc., como consequência da produção e comercialização agrícola, maioritariamente esta actividade serve para assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e dos seus respectivos agregados familiares, pelo que, o que conseguem produzir não os permite adquirir bens que possam auxiliar na supressão de outras necessidades, como a habitação, transporte, lazer, que os permita melhorar substancialmente as suas condições de vida.

### Referências bibliográficas

- BARROS, Gilson. **Economia da comercialização agrícola**. Piracicaba: FEALQ, 1987.
- BASTAN, Mahdi; KHORSHIDDOST, Reza Ramazani; DELSHAD, Saeid. **Sustainable development of agriculture: a system dynamics model**. Kybernetes, 47(1), 142- 162, 2018.
- CALCAGNO, Eric. **Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo**. Revista de la CEPA, 1990.
- CANUTO, João Correia. **Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia**. Org. UREDA, MC Ilhéus: Editus, 2004.
- CARDOSO, Fernando Jorge (1993). **Gestão e desenvolvimento rural: Moçambique no contexto da África sub-sahariana**. Lisboa: Fim de século edições, 1993.
- CRUZ, Teresa e Silva. **A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2003.
- FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. GUANZIROLI, CE, (coord). Projeto UFT/BRA/036/BRA, Brasília, DF. 24p.
- FROEHLICH, J. M. et al. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2005.



Furtado, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento económico**. 6ª ed, v. 24, Companhia Editora Nacional, 1983.

INE. (2017). **Resultados do Censo de 2017**. Maputo

Latouche, Sergei. **A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente?** (Trad. Acácio Sidinei Almeida Santos), Espaço Plural, 2013.

LAURETT, Rozélia. **Desenvolvimento Sustentável na Agricultura: Antecedentes, Barreiras e Consequências**. Lisboa: Santander Universidades, 2020.

MAÚSSE, Miguel. **Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de Caso na Localidade de Chijinguire**. Maputo, 2009.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JÚNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem económica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOSCA, João. **Pobreza e Economia “Informal”, informalidade e desenvolvimento**. Maputo: IESE, 2014.

MOSCA, João. **Agricultura e Desenvolvimento em África**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

Parisoto, Greici Joana; DOS SANTOS, Ivaneli Schreinert; GIL, Samanta Ongaratto; DA SILVA, Leonardo Xavier. **Principais meios de comercialização de produtos agrícolas na América do sul, nos últimos vinte anos**. Baía: SOBER, 2019.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. Rio Grande do Sul: Santa Maria, 2019.

PIZA, C.T.; WELSH, R. W. **Introdução à Análise da Comercialização**. Série Apostila n.º 10. Departamento de Economia - ESALQ/USP, Piracicaba-SP, 1968.

PNUD (2021). **Índice de Pobreza**.

**Recebido em:** 30 de setembro de 2025.

**Aprovado em:** 18 de dezembro de 2025.

**Publicado em:** 01 de janeiro de 2026.





---

**Autoria:**

Agostinho Bonfílio da Conceição Mendes

Instituição: Licenciado em Filosofia, pela Universidade São Tomás de Moçambique, em 2014.

Licenciado em Administração Pública, pela Universidade Eduardo Mondlane, em 2017.

Actualmente mestrando em Sociologia do Desenvolvimento na Universidade Rovuma -

Nampula. Docente afecto à Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Rovuma.

Moçambique. ORCID iD: 0009-0009-2561-6956

Email: bonfiliomen@gmail.com

País: Moçambique

Asénio Cuco

Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da

Universidade Federal do rio Grande, do Sul (UFRGS), linha de pesquisa: Política

Internacional. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul (PUCRS), linha de pesquisa: crime, violência e segurança pública (2013).

Docente da Universidade Rovuma - Moçambique. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0497-4449>

Email: [acuco@unirovuma.ac.mz](mailto:acuco@unirovuma.ac.mz)

País: Moçambique